

COMPOSIÇÃO SOCIAL E DESEMPENHO ELEITORAL DE UMA AGREMIÇÃO OPOSICIONISTA NA PRIMEIRA REPÚBLICA: O CASO DO PARTIDO AUTONOMISTA (ESTADO DO PARANÁ, 1919-1921)

Sandro Aramis Richter Gomes¹
Universidade Federal do Paraná

Resumo: Neste artigo é empreendida uma análise comparada sobre os perfis sociais e o desempenho eleitoral de indivíduos que participaram da estruturação do Partido Autonomista em municípios do interior do Paraná, de 1919 a 1921. O objetivo deste estudo é avançar no conhecimento sobre os processos de criação e extinção de partidos de oposição no Brasil da Primeira República. Há três argumentos sustentados neste artigo. Primeiro, é destacado que a citada agremiação teve êxito no processo de interiorização de diretórios. Houve, pois, a encampação do projeto de criação de uma grei oposicionista em diferentes cidades do estado. Segundo, demonstra-se que as lideranças municipais do Partido Autonomista eram eleitoralmente pouco competitivas. Terceiro, é evidenciado que a criação desse partido não possibilitou a emergência de uma nova geração de políticos oposicionistas. Essa grei sustentou as candidaturas de egressos do governismo.

Palavras-chave: Elites políticas; Competição eleitoral; Partidos de oposição.

SOCIAL COMPOSITION AND ELECTORAL PERFORMANCE OF AN OPPOSITION PARTY IN THE FIRST REPUBLIC: THE CASE OF AUTONOMIST PARTY (STATE OF PARANÁ, 1919-1921)

Abstract: This article investigates, in comparative perspective, the social profiles and electoral performance of individuals who participated in the structuring of the Autonomist Party in municipalities of the interior of Paraná, in the period 1919-1921. The aim of this study is to advance the knowledge about the processes of construction and extinction of opposition parties in Brazil of the First Republic. First, it is evidenced that the Autonomist Party was successful in the process of creation of political committees. There was, therefore, the acceptance of the project of creating an opposition party in different cities of the state. Second, it is demonstrated that the municipal leaderships of this party were not electorally competitive. Third, it is demonstrated that the creation of this party did not allow the emergence of a new generation of opposition politicians. The Autonomist Party supported the candidacies of politicians who had integrated the predominant party.

Keywords: Political elites; Electoral competition; Opposition parties.

Introdução

Neste artigo é desenvolvida uma análise comparada acerca dos perfis sociais e do desempenho eleitoral de membros do Partido Autonomista (PA). Essa agremiação atuou no Estado do Paraná, de 1919 a 1921. Ela era uma adversária do Partido Republicano Paranaense (PRP), o qual era formado por governistas. Por meio de um estudo de caso o objetivo é produzir um conhecimento sobre as formas de estruturação e de ação eleitoral dos partidos de oposição que existiram durante a Primeira República.

¹ Email: argomes8@gmail.com

Há três argumentos sustentados neste artigo. Primeiro, é evidenciado que o PA teve sucesso em promover a criação de diretórios em áreas interioranas do Paraná. Cumpre salientar que os municípios distantes da capital do estado eram áreas marcadas pela abertura de dissidências no interior do partido situacionista. Tais áreas eram caracterizadas pela permanente desfiliação de integrantes da agremiação predominante. Nesse contexto, o PA era a entidade que respaldava as pretensões eleitorais desses dissidentes.

Segundo, é destacado que os correligionários do PA eram pouco competitivos do ponto de vista eleitoral. Essa grei não teve êxito em conquistar um espaço mínimo nas esferas dos poderes Executivo e Legislativo. Por conseguinte, trata-se de salientar que o PA se enquadra na categoria dos partidos estaduais que, em virtude dos sucessivos malogros eleitorais, vivenciaram um célere processo de desagregação e extinção.

Terceiro, convém demonstrar que a fundação de tal partido não foi uma oportunidade para a renovação do quadro de lideranças oposicionistas do Paraná. Em verdade, a implantação do PA foi uma iniciativa de veteranos da política estadual. A composição social das chapas para cargos executivos e legislativos evidencia que, em sua quase totalidade, os candidatos do PA eram indivíduos que possuíam longa experiência no exercício de mandatos e cargos comissionados.

A demonstração de tais argumentos permite avançar no entendimento das formas de competição eleitoral no Brasil das primeiras décadas do século XX. A fundamentação desses argumentos também propicia uma compreensão sobre os fatores que impuseram limites ao êxito eleitoral e à elevação do nível de organização interna de um partido de oposição na referida época.

Há duas abordagens predominantes nos estudos a respeito dos partidos políticos que existiram no Brasil da Primeira República. Uma linha de abordagem diz respeito aos processos de formação e dissolução das agremiações estaduais. Tal perspectiva de análise possibilitou o entendimento sobre a composição social,

as contendas e a organização interna de agremiações surgidas em distintos estados.²

Em grande medida, tais estudos dedicam maior ênfase à ação política dos próceres de agremiações estaduais. Eles também são inclinados a investigar os fatores que ocasionavam celeumas entre os membros do núcleo dirigente desses partidos. Entretanto, permanecem pouco conhecidas as formas de interiorização de partidos políticos no Brasil da Primeira República. A historiografia não promoveu relevante avanço no conhecimento acerca da encampação, por grupos políticos de municípios interioranos, do projeto de criação de diretórios partidários.³

As abordagens sobre a formação de partidos políticos em tal época são direcionadas, em sua maior parte, a reconhecer a estrutura e o funcionamento de agremiações governistas. Por consequência, os estudos históricos não conferiram especial atenção para a organização interna, o desempenho eleitoral e os fatores do ocaso de partidos oposicionistas no mencionado contexto.

Desse modo, as informações mais abundantes acerca da vida interna dos partidos da Primeira República estão contidas em estudos a respeito dos dissídios que envolveram lideranças partidárias. Elas também estão presentes em abordagens referentes à dinâmica eleitoral de estados e municípios.⁴ O caráter panorâmico das análises a respeito dos modos de gestão dos partidos estaduais

² ANTONACCI, Maria Antonieta. **RS, as oposições e a Revolução de 23**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981; CASALECCHI, José Ênio. **O Partido Republicano Paulista: política e poder (1889-1926)**. São Paulo: Brasiliense, 1987; FRANCO, Afonso Arinos de Melo. **História e Teoria dos partidos políticos no Brasil**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1974; MONTENEGRO, Abelardo. **Os partidos políticos no Ceará**. Fortaleza: Editora da Universidade Federal do Ceará, 1980; PRADO, Maria Lígia Coelho. **A democracia ilustrada: o Partido Democrático de São Paulo, 1926-1934**. São Paulo: Ática, 1986; RESENDE, Maria Efigênia Lage de. **Formação da Estrutura de Dominação em Minas Gerais: O Novo PRM (1889-1906)**. Belo Horizonte: UFMG/Proed, 1982; SAMPAIO, Consuelo Novais. **Os partidos políticos da Bahia na Primeira República: uma política de acomodação**. Salvador: Ed. da UFBA, 1978.

³ Acerca da vida partidária de um município do interior paulista durante a Primeira República, ver CAMELUCCI, Anderson Luís. **Crise monárquica e experiências de República no município de Franca (1880-1906)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual “Júlio de Mesquita Filho”. Franca, 2008.

⁴ FERREIRA, Marieta de Moraes. **Em busca da Idade de Ouro: as elites políticas fluminenses na Primeira República (1889-1930)**. Rio de Janeiro: Editora da Universidade Federal do Rio de Janeiro/Edições Tempo Brasileiro, 1994; PINTO, Surama Conde Sá. **Só para iniciados: o jogo político na antiga capital federal**. Rio de Janeiro: Mauad, 2011; VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. **O Teatro das Oligarquias: uma revisão da política do “café com leite”**. 2ª Ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

também permanece inerente aos estudos acerca do cenário político da referida época.⁵

De fato, a produção de estudos concernentes à competição eleitoral no Brasil das quatro primeiras décadas do século XX tem propiciado uma compreensão renovada sobre a ação política das oposições em âmbito estadual.⁶ Porém, permanecem pouco conhecidos os fatores que, em estados como o Paraná, geravam a extinção das agremiações oposicionistas. O presente artigo, por seu turno, objetiva salientar a existência de uma articulação entre os oposicionistas radicados em distintos municípios. Trata-se de reconhecer o grau de coesão dos participantes do projeto de construção de uma grei dedicada a combater um partido predominante. O avanço no estudo sobre partidos políticos no Brasil republicano também exige reconhecer os fatores que promoviam a desagregação entre os membros da oposição.

A segunda linha estudos sobre os partidos da Primeira República é referente à criação e expansão de partidos nacionais nos anos 1920. Presentemente, nota-se maior inclinação para a produção de estudos sobre a implantação, no Brasil, de partidos originários da Europa. As análises históricas têm atentado para os processos de fundação e expansão de unidades locais do Partido Comunista Brasileiro e do Partido Nazista.⁷ No entanto, permanece pouco conhecida a composição social e o desempenho eleitoral de partidos estaduais que, a partir dos anos 1890, atuaram como antagonistas das agremiações governistas.

De sua parte, a presente investigação salienta que, no Paraná, eram renitentes as iniciativas para formar partidos de oposição. Ao mesmo tempo, nesse estado houve distintas tentativas de criação de diretórios de agremiações

⁵ PORTO, Walter Costa. **O voto no Brasil: da Colônia à 6ª República**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2002.

⁶ BARBOSA, Luciano Senna Peres. **Viva o povo de Juiz de Fora: eleições e estratégias discursivas na Primeira República**. Juiz de Fora: Ed. da UFJF, 2013; FIGUEIREDO, Vítor Fonseca. **Voto e competição política na Primeira República: o caso de Minas Gerais**. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2016; RICCI, Paolo; ZULINI, Jaqueline Porto. Partidos, competição política e fraude eleitoral: a tônica das eleições na Primeira República. **Dados**, Rio de Janeiro, vol. 57, n. 2, p. 443-479, 2014.

⁷ ATHAIDES, Rafael. **As paixões pelo sigma: afetividades políticas e fascismos**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2012; PRADO, Carlos Batista. **Partidos e Sindicatos: o PCB, a Oposição de Esquerda e o movimento operário no Brasil (1922-1936)**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2019.

nacionais e estaduais. A formação de partidos políticos era, em verdade, uma iniciativa controlada por um seleto grupo de egressos do situacionismo.

Convém ressaltar que este artigo emprega procedimentos de análise inspirados na prosopografia.⁸ No decorrer deste estudo, é efetuada uma abordagem comparada sobre as carreiras políticas de indivíduos que se dedicaram a organizar o PA em diferentes municípios do Paraná. Tal comparação propicia o reconhecimento de aspectos convergentes nos percursos dos correligionários da grei que viviam no interior do estado. Mais precisamente, a comparação permite salientar que havia elementos comuns quanto à origem e ao desenvolvimento dos percursos políticos de indivíduos que, nos anos 1910, passaram a combater o PRP.

Trata-se de salientar que este artigo é desenvolvido por meio da análise de informações provenientes de jornais editados nas cidades de Curitiba e do Rio de Janeiro.⁹ A utilização de periódicos situacionistas, a exemplo de *A República*, permite identificar o envolvimento de integrantes do PA em esquemas de nomeações para cargos federais e estaduais. De outra parte, a análise de jornais oposicionistas, como o *Diário da Tarde*, favorece um entendimento acerca da organização interna e ação eleitoral dos adversários do situacionismo no mencionado recorte temporal. Os periódicos arrolados neste trabalho também possibilitam o estudo do desempenho do PA em diferentes pleitos eleitorais.

A formação do Partido Autonomista: origem social e atuação política de seus correligionários no interior do Paraná

A historiografia tem salientado o caráter instável da vida interna dos partidos brasileiros ao tempo da Primeira República. As primeiras dissidências em agremiações governistas datam dos anos 1890. A competição por posições de relevo no interior da administração do partido e as divergentes ambições eleitorais provocavam disputas entre os situacionistas.¹⁰ Habitualmente, tais dissidências

⁸ CHARLE, Christophe. A prosopografia ou biografias coletivas: balanço e perspectivas. In: HEINZ, Flávio (Org.). **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2010, p. 41-54; STONE, Lawrence. Prosopografia. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 19, n. 39, p. 115-137, 2011.

⁹ Os jornais utilizados neste artigo estão disponíveis para consulta no sítio eletrônico da Hemeroteca Digital Brasileira: <memoria.bn.br>

¹⁰ No Estado do Rio de Janeiro, em fins dos anos 1890, o Partido Republicano Fluminense já se encontrava cindido. FERREIRA, M. de M. Op. cit., p. 124. No Estado de Mato Grosso, por sua vez, as primeiras dissidências na ordem governista também datam dos anos 1890. Ver ARRUDA, Larissa Rodrigues Vacari de. **Disputas oligárquicas: as práticas políticas das elites mato-grossenses**

geravam a formação de partidos de oposição liderados por políticos veteranos. As rivalidades entre situacionistas e a criação de partidos de oposição por governistas decaídos perduraram até os anos finais da Primeira República.¹¹

No Paraná, o surgimento de dissidências internas à ordem governista tornou-se frequente a partir dos anos 1910.¹² Tais dissidências foram um aspecto da vida política estadual até o fim da década de 1920.¹³ Conforme destacado no curso desta seção, o PA pertenceu a uma linhagem de iniciativas que os governistas decaídos desenvolveram para permanecer politicamente ativos no jogo partidário estadual.

O PA foi fundado, em 1919, pelo então senador Manuel de Alencar Guimarães (1865-1940). Tal parlamentar saíra da grei governista do Paraná, o PRP, em 1915. Em seguida, ele se tornou o líder da oposição estadual. Após se evadir do grupo situacionista, Alencar Guimarães coordenou a formação da Concentração Republicana. Tal associação era composta por egressos do governismo. Eles se organizaram para concorrer às eleições parlamentares

(1892-1906). São Carlos: Ed. da UFSCar, 2015. No Rio Grande do Sul, por fim, a ocorrência dos primeiros conflitos internos ao partido situacionista também datava da primeira década republicana. Ver SACCOL, Tassiana Maria Parcianello. **De líderes históricos a opositores: as dissidências republicanas e o jogo político regional (Rio Grande do Sul, 1890-1907)**. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2018.

¹¹ Uma das derradeiras iniciativas de governistas decaídos para permanecerem politicamente ativos consistiu na fundação dos diretórios estaduais do Partido Democrático, em 1926. A seção paulista da agremiação teve maior duração, visto que permaneceu em atividade até o ano de 1934. Ver PRADO, M. L. C. Op. cit.

¹² O surgimento do primeiro partido de oposição no Paraná ocorreu no começo da Primeira República. Tal partido era denominado União Republicana. Criada em 1890, essa agremiação foi extinta em 1895. A segunda agremiação oposicionista do estado era o Partido Republicano. Fundada em 1899, essa grei desapareceu em 1906. Ambas as agremiações não foram lideradas por governistas dissidentes. Acerca do quadro partidário paranaense nos decênios de 1890 e 1900, ver SÊGA, Rafael Augustus. **Tempos belicosos: a Revolução Federalista no Paraná e a rearticulação da vida político-administrativa do Estado (1889-1907)**. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2005.

¹³ No Paraná, a implantação do PA não consistiu na última tentativa dos oposicionistas se unirem contra a grei situacionista. Houve, nesse estado, a criação de uma unidade do Partido Democrático. Todavia, tal iniciativa não teve êxito. Fundada em dezembro de 1926, no ano seguinte essa agremiação encerrou suas atividades no Paraná. Ver GRANATO, Natália Cristina. O Partido Democrático Paranaense: um estudo sobre os capitais familiares e sociais de seus dirigentes. **Revista do Núcleo de Estudos Paranaenses**, Curitiba, v. 4, n. 1, p. 36-55, 2018.

daquele ano. Em 1916, contudo, a Concentração se extinguiu.¹⁴ Portanto, quando o PA foi criado o seu principal dirigente já possuía experiência na tarefa de reunir dissidentes do governismo e articular um projeto eleitoral.

Nessa época, o PA era o único partido de oposição do Paraná. Ao contrário do que ocorria em áreas como o Distrito Federal, no fim dos anos 1910 não havia no Paraná um equilíbrio quanto ao grau de competitividade eleitoral dos partidos.¹⁵ Ao mesmo tempo, cabe mencionar que durante a Primeira República não houve o funcionamento simultâneo de partidos de oposição nesse estado. O surgimento ocasional de agremiações oposicionistas não foi suficiente para reduzir a competitividade eleitoral do PRP. Era absoluta a supremacia do partido governista em eleições para cargos do Poder Executivo e do Poder Legislativo.¹⁶

Essa baixa competitividade era derivada do fato de que, nesse estado, as eleições eram marcadas pela competição entre dois grupos: o partido predominante e um partido de oposição, que se extinguiu após um pleito. Os oposicionistas elegiam seus postulantes quando os governistas apresentavam chapas incompletas. Nas disputas para a Câmara dos Deputados, a oposição paranaense elegeu candidatos somente nos anos de 1906, 1912 e 1915.¹⁷

De fato, em áreas como o Distrito Federal e o Estado do Rio de Janeiro houve eleições em que os governistas não abdicaram de uma parte das vagas em instituições legislativas em favor da oposição.¹⁸ Assim, nota-se que nessa época as oposições regionais dependiam do consentimento de governistas para terem uma

¹⁴ **A República**, Curitiba, 14 dez. 1916, p. 1.

¹⁵ No ano de 1918, nos dois distritos eleitorais do Distrito Federal, a Aliança Republicana (AR) e o Partido Republicano do Distrito Federal (PRDF) conseguiram eleger candidatos a deputado federal. Ao passo que a AR conseguiu eleger quatro candidatos (dois no 1º distrito e dois no 2º), o PRDF elegeu três postulantes (um no 1º Distrito e dois no 2º). Em tal época, também estava em atividade uma entidade política denominada Centro Republicano do Distrito Federal. Em relação ao Distrito Federal, portanto, a vida partidária paranaense era pouco complexa. PINTO, S. C. S. Op. cit., p. 103.

¹⁶ A respeito da filiação partidária das principais lideranças da situação e da oposição no Paraná da Primeira República, ver GOULART, Mônica Helena Harrich Silva. **Classe dominante e jogo político na Assembleia Legislativa Paranaense (1889-1930)**. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2008.

¹⁷ **A República**, Curitiba, 19 mar. 1915, p. 1.

¹⁸ Concernente à resistência de governistas em consentir com a presença das oposições em instituições legislativas, ver PINTO, Surama Conde Sá. **A correspondência de Nilo Peçanha e a dinâmica política na Primeira República**. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998.

presença nas esferas do Poder Legislativo.¹⁹ A dependência das oposições por tal consentimento perdurou até os anos finais da Primeira República.²⁰

Anteriormente à criação do PA, Alencar Guimarães comandou, no Paraná, o diretório estadual de uma agremiação nacional, o Partido Republicano Conservador (PRC). Todavia, o senador paranaense não conseguiu recrutar para os quadros dessa grei os membros históricos da oposição estadual. Em 1918, a seção paranaense do PRC se dissolveu.²¹ Desse modo, trata-se de salientar que a fundação do PA consistiu na última iniciativa de Alencar Guimarães, ao tempo da Primeira República, para organizar uma agremiação estadual de oposição.

Dentre os partidos de oposição ao qual esse senador pertenceu, o PA foi aquele que apresentou um maior número de candidaturas tanto para cargos legislativos quanto para os postos do Poder Executivo. Convém salientar que o PA, em relação à Concentração Republicana e ao PRC, dedicou maior ênfase à tarefa de se enraizar nos municípios do interior do Paraná. Compete, por consequência, analisar os perfis sociais dos indivíduos que apoiaram a expansão dos diretórios dessa grei.

Para a execução de tal abordagem, é necessário dedicar atenção às informações concernentes aos indivíduos que foram os representantes de municípios paranaenses na primeira Convenção do PA. Esse evento ocorreu em outubro de 1919. O Quadro reproduzido a seguir permite um entendimento acerca da natureza da atuação política desenvolvida por lideranças locais dessa agremiação nas primeiras três décadas republicanas.

Quadro 1 – Perfil político e profissional dos participantes da Convenção do Partido Autonomista (1919)

Nome	Município de residência	Profissão	Posição no quadro	Total de nomeações	Total de mandatos	Total de mandatos
-------------	--------------------------------	------------------	--------------------------	---------------------------	--------------------------	--------------------------

¹⁹ Em tal época, havia políticos que reconheciam que a conquista de vagas em instituições parlamentares pela oposição era uma concessão dos situacionistas. Rui Barbosa (1849-1923), expoente de uma agremiação oposicionista denominada Partido Republicano Liberal (1913-1915), formulou a seguinte observação: “Oposição não é sinônimo de minoria, como entre nós se dá por subentendido sempre nas concessões do poder aos seus antagonistas”. BARBOSA, Rui. **Teoria política**. In: PIRES, Homero (Org.). São Paulo: Jackson Editores, 1964. p. 71.

²⁰ Acerca dos acordos políticos que, de 1928 a 1930, permitiram a eleição deputados estaduais e federais de oposição no Estado do Rio de Janeiro, ver FERREIRA, M. de M. Op. cit., p. 133-135.

²¹ **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 09 dez. 1918, p. 4.

			partidário paranaense (anterior a 1919)	para cargos públicos (anterior a 1919)	no Poder Legislativo (anterior a 1919)	no Poder Executivo (anterior a 1919)
Antônio Barbosa Pinto	Guaraqueçaba	Professor de ensino primário	Situação	9	0	0
Antônio Teixeira Saboia	Irati	Negociante	Oposição	0	1	1
Antônio Vilhaça	Guarapuava	Negociante	Oposição	0	0	0
Atílio Almeida Barbosa	Campo Largo	Farmacêutico	Situação	1	0	0
Augusto Ferreira de Abreu	Cruz Machado	Escrevente da Inspetoria Agrícola do Paraná	Sem filiação	0	0	0
Deodato Antero de França	Palmeira	-	Sem filiação	0	0	0
Ernesto Guimarães Vilella	Ponta Grossa	Negociante	Situação	4	0	3
Firmino Gabriel da Silva	Piraí do Sul	-	Sem filiação	0	0	0
Francisco Cavalli da Costa	Prudentópolis	Farmacêutico	Sem filiação	0	0	0
Hortêncio Gonçalves Cordeiro	União da Vitória	Negociante	Situação	6	0	0
João Antônio Martins	Deodoro	Industrial	Situação	1	0	0
João de Almeida Barbosa Júnior	São José dos Pinhais	Farmacêutico	Situação	1	0	0
João Jacob Meyer	Serro Azul	Operário	Sem filiação	0	0	0
João Joaquim Fernandes	Guaratuba	-	Sem filiação	0	0	0
João Viana Seiler	Campina Grande do Sul	Negociante	Oposição	0	0	0
José César de	Palmas	Magistrado	Sem filiação	2	0	0

Almeida						
Júlio de Oliveira Esteves	Campo do Tenente	Industrial	Sem filiação	0	0	0
Lúcio Damaso de Carvalho	Castro	Securitário	Sem filiação	0	0	0
Luiz Augusto Nogueira	Tomazina	-	Sem filiação	0	0	0
Manuel Evêncio da Costa Moreira	Tibagi	Músico	Sem filiação	0	0	0
Mário Saboia	Rio Negro	Escrivão do Poder Judiciário	Sem filiação	0	0	0
Napoleão Lopes	Jacarezinho	Securitário	Sem filiação	0	0	0
Osório Falavinha	Colombo	Escrevente da Câmara Municipal de Colombo	Situação	1	0	0
Pedro de Paula Manso	Paranaguá	Negociante	Oposição	0	1	0
Pedro Kalil Sphair	Bocaiúva do Sul	Negociante	Oposição	0	0	0
Pedro Lustosa Danguy	Ipiranga	Militar	Situação	2	0	0
Salvador Teixeira de Faria	Tamandaré	-	Oposição	1	0	0
Teodorico Júlio dos Santos	Imbituva	Servidor público federal	Situação	6	7	3
Teófilo Marques	Antonina	Negociante	Situação	2	0	0
Teodoro Teixeira de Freitas	Rio Branco do Sul	Servidor público federal	Situação	6	1	0
Trajano Gonçalves Cordeiro	Morretes	Negociante	Situação	3	0	0
Zacarias de Paula Xavier	Curitiba	Negociante	Oposição	0	1	0

Fontes: *A República* (PR); *Diário da Tarde* (PR); *Gazeta Paranaense* (PR); *O Estado do Paraná* (PR)

As informações do Quadro 1 permitem reconhecer que, no interior do Paraná, o PA era composto por três grupos de correligionários: (1) egressos do situacionismo; (2) indivíduos que desde o início dos anos 1910 atuavam como oposicionistas; (3) indivíduos sem experiência prévia nas lides partidárias e nos esquemas de nomeações para cargos públicos. Trata-se de salientar que, em sua maior parte, esses correligionários residiam em cidades distantes de Curitiba, a capital do estado. Em suma, a maior parte dos apoiadores do PA no interior não desenvolveu uma atividade política para além do âmbito municipal.²² Cumpre, pois, ressaltar as características inerentes aos percursos sociais dos membros dessas categorias de filiados ao PA.

Os egressos do governismo nos quadros do PA: o recorrente envolvimento em esquemas de nomeações para cargos comissionados

Em 1919, pouco menos de 40% convencionais do PA eram egressos do grupo governista do estado. As informações do Quadro 1 permitem salientar que, dentre os três grupos de correligionários dessa grei, eram os membros decaídos do situacionismo que tiveram maiores oportunidades de ser eleitos para cargos eletivos. Eles também eram os ocupantes mais frequentes de cargos comissionados estaduais.

No decorrer da Primeira República, os membros de diferentes gerações de situacionistas tiveram as suas trajetórias marcadas pelo envolvimento em esquemas de preenchimento de cargos públicos. A esse respeito, cabe atentar aos casos de Teodorico Júlio dos Santos (1855-1925) e Antônio Barbosa Pinto. O estudo de tais percursos permite asseverar que havia duas categorias de egressos do situacionismo.

Uma categoria, da qual Teodorico dos Santos fazia parte, era composta por indivíduos que haviam desempenhado funções de relevo no cenário político paranaense. A outra categoria, formada por indivíduos como Antônio Barbosa, era caracterizada pela presença de correligionários que jamais exerceram um mandato

²² A respeito das características e limites do poder político de tal categoria de chefes partidários, ver LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. 7ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012; TELAROLLI, Rodolpho. **Poder local e República Velha**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1977.

eletivo. Os resultados apresentados no decorrer desta seção permitem salientar que o PA foi um refúgio para indivíduos que, ao tempo de sua passagem pelo governismo, se distinguiam em virtude da maior ou menor proximidade com o núcleo dirigente do PRP.

Iniciado nas lides partidárias por meio da filiação ao Partido Conservador, Teodorico dos Santos foi uma liderança governista do município litorâneo de Paranaguá nas primeiras duas décadas republicanas. Tal posição lhe assegurou o acesso aos integrantes do núcleo dirigente do PRP. Nesse âmbito, ele logrou ser eleito para o cargo de 2º vice-governador do Paraná em 1899.²³ A sua migração para a área correspondente ao primeiro planalto do Paraná não lhe impediu de ocupar novas posições nos quadros da administração pública. Ao contrário, Teodorico dos Santos conseguiu se envolver em esquemas de nomeações para cargos federais. Em 1908, por exemplo, ele passou a exercer posto de Contador da Administração Geral dos Correios no Paraná.²⁴

Nesse contexto, não era incomum que a participação em esquemas de nomeações para cargos públicos fosse almejada por políticos paranaenses que conheceram o esgotamento de sua influência na vida partidária. A esse respeito, convém salientar que, em 1915, Teodorico dos Santos exerceu interinamente o posto de Administrador Geral dos Correios no Paraná.²⁵

O titular do cargo era Brasilino Moura, que desempenhou cinco mandatos de deputado no Congresso Legislativo do Paraná. Tais mandatos foram exercidos de 1902 a 1911.²⁶ A perda de espaço no partido situacionista ocasionou o envolvimento de Moura nos esquemas de nomeações federais, em meados dos anos 1910. Havia casos, portanto, em que o pertencimento a tais esquemas

²³ **A República**, Curitiba, 25 ago. 1899, p. 2.

²⁴ **A República**, Curitiba, 11 nov. 1909, p. 2.

²⁵ **Diário da Tarde**, Curitiba, 06 jul. 1915, p. 3.

²⁶ GOULART, M. H. H. S. Op. Cit., p. 494.

representava o desfecho das carreiras de situacionistas que não conseguiram conservar posições de destaque no partido predominante do estado.²⁷

A atuação de Teodorico dos Santos nos Correios contém indícios de que o desempenho de funções comissionadas não o impediu de se envolver em assuntos partidários. O poder decorrente do exercício de um cargo público lhe foi útil para afastar da administração pública alguns dos seus adversários. Em 1910, ano em que a candidatura presidencial de Hermes da Fonseca foi apoiada pelos governistas do Paraná, Teodorico Júlio dos Santos permanecia como funcionário dos Correios.²⁸

Nessa ocasião, ele demitiu sumariamente servidores dessa empresa que apoiaram a candidatura de Rui Barbosa, adversário do marechal Hermes.²⁹ Essa informação consiste em uma evidência de que Teodorico dos Santos foi um funcionário público que, nos anos imediatamente anteriores à sua passagem para a oposição, manteve-se comprometido com os projetos eleitorais do grupo político ao qual pertencia desde o início da República.

No quadro dos participantes da Convenção do PA realizada em 1919, Teodorico dos Santos pertencia a uma minoria formada pelos políticos que lograram exercer mandatos no Poder Executivo. Tal minoria era composta por indivíduos que desde o início dos anos 1910 não desempenhavam funções decisivas em esferas administrativas municipais e estaduais.

Um dos membros dessa minoria era Ernesto Vilella, que ocupou o cargo de prefeito de Ponta Grossa no começo dos anos 1900.³⁰ O exercício desse posto representou o limite de sua ascensão na carreira política. Desde 1908, ele se posicionava como contendor dos governistas.³¹ Tal postura não implicou o seu

²⁷ Ao publicar o necrológio de Teodorico dos Santos, o jornal *O Estado do Paraná* salientou que o afastamento desse indivíduo das lides partidárias ocorreu no fim dos anos 1900, época em que o partido governista se cindiu: “Os acontecimentos políticos que determinaram a queda da Coligação Republicana puseram-no, com outros prestigiosos elementos, fora das cogitações políticas”. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 25 mar. 1925, p. 3.

²⁸ Em 1925, ano de seu falecimento, Teodorico dos Santos ainda exercia o posto de Contador da Administração Geral dos Correios do Paraná. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 24 mar. 1925, p. 3.

²⁹ **Diário da Tarde**, Curitiba, 09 fev. 1916, p. 1.

³⁰ **A República**, Curitiba, 25 jan. 1906, p. 1.

³¹ **A República**, Curitiba, 16 jan. 1908, p. 1.

envolvimento em iniciativas para a montagem de grupos de oposição no Paraná. Foi tardia, portanto, a sua filiação a uma grei oposicionista.

Em síntese, uma parcela dos membros do PA era formada por indivíduos cuja capacidade de influir na vida política declinou no início do século XX. A parcela majoritária dos correligionários, contudo, era composta por indivíduos que jamais exerceram mandatos eletivos. Conforme se verifica no Quadro 1, os membros dessa parcela se caracterizavam pelo limitado envolvimento em esquemas de nomeações para cargos públicos.

A criação do PA evidenciou que os municípios do interior paranaense eram espaços nos quais havia permanentes desfilições no grupo situacionista. Nesse cenário, o surgimento de uma agremiação oposicionista era enxergado pelos egressos do governismo como uma forma de permanecerem politicamente ativos. Foi tal cenário que assegurou para o PA o respaldo de oposicionistas de diferentes municípios do estado.

Todavia, os correligionários recrutados no interior não reuniam a força política necessária para garantir uma consistente organização local do partido. A esse respeito, cabe atentar ao caso de Antônio Barbosa Pinto. Desde o início da Primeira República, ele esteve envolvido em políticas de nomeações estaduais. Essas nomeações lhe permitiram desempenhar funções somente no município de Guaraqueçaba, situado no litoral paranaense.

Em 1890, por exemplo, ele auferiu o posto de 3º suplente do Subdelegado de Polícia em tal localidade.³² Foi por meio de uma nomeação do Governo do Estado que Barbosa ingressou no magistério, na qualidade de professor de ensino primário.³³ As nomeações que obteve não favoreciam a constituição de conexões políticas para além da esfera local.

O ano de 1903 foi o momento de maior destaque na atuação política de Barbosa. Nessa oportunidade, ele integrou o núcleo dirigente do Partido Republicano Federal no em Guaraqueçaba.³⁴ Tal agremiação era formada pelos

³² **A República**, Curitiba, 19 jul. 1890, p. 1.

³³ **A República**, Curitiba, 07 abr. 1897, p. 1.

³⁴ **A República**, Curitiba, 05 ago. 1903, p. 2.

situacionistas.³⁵ Nessa época, o principal benefício decorrente do vínculo de Barbosa ao governismo era a constante obtenção de nomeações, inclusive as de competência do Governo Federal. No ano de 1905, por exemplo, ele foi investido no cargo de Ajudante do Procurador da República em Guaraqueçaba.³⁶ Em 1906, obteve o posto de Tenente-Coronel do 9º Batalhão de Infantaria da Guarda Nacional da Comarca de Paranaguá.³⁷

A nomeação para tais cargos não foi sucedida pela conquista de posições de comando nas instituições políticas do município em que residia. A esse respeito, convém ressaltar que Barbosa permaneceu por dez anos no exercício do posto de Ajudante do Procurador da República em Guaraqueçaba. Ele foi exonerado de tal cargo em 1915.³⁸ Dessa forma, o desempenho dessa função representou o limite de sua mobilidade nas esferas da administração pública. Nesse contexto, a participação de Barbosa na organização do diretório do PA em Guaraqueçaba consistiu em uma derradeira tentativa de conquistar maior espaço na vida política dessa localidade.

Compete destacar que uma semelhança entre Antônio Barbosa e Teodorico dos Santos reside no fato de que exerceram funções comissionadas por longo tempo. A atuação de ambos em órgãos públicos foi muito estável. Porém, os cargos que desempenharam nas décadas de 1900 e 1910 não lhes propiciaram decisiva influência na vida administrativa dos municípios em que estavam enraizados.

De outra parte, a análise comparada do perfil político de Barbosa e dos demais egressos do situacionismo mencionados no Quadro 1 permite asseverar que os convencionais do PA não vivenciaram um processo ascensional no jogo partidário. A trajetória que desenvolveram teve um caráter estável. Ou seja, eles ocuparam cargos que não promoveram substancial elevação de sua influência nas agências da administração pública. Tal influência era circunscrita à esfera local.

³⁵ O partido governista que existiu no Paraná da Primeira República adotou sua denominação definitiva (Partido Republicano Paranaense) no ano de 1909. Anteriormente, recebera os nomes de Partido Republicano (1889-1896); Partido Republicano Federal (1898-1908) e Coligação Republicana (1908-1909). Acerca das conjunturas políticas nas quais ocorreram as mudanças na denominação da agremiação situacionista, ver GOULART, M. H. S. Op. cit.

³⁶ **A República**, Curitiba, 16 mar. 1905, p. 1.

³⁷ **A República**, Curitiba, 12 jun. 1906, p. 2.

³⁸ **A República**, Curitiba, 03 ago. 1915, p. 2.

O recrutamento de opositoristas aos quadros do PA: as formas de combate ao governismo no Paraná dos anos 1910

A análise do Quadro 1 permite ressaltar que, no âmbito dos convencionais do PA, era pouco expressiva a presença de indivíduos que atuavam como opositoristas desde o ano de 1910. Por um lado, tal informação permite corroborar o argumento de que essa agremiação era controlada por políticos veteranos que se evadiram do grupo governista ao longo da mencionada década. Por outro lado, cabe destacar que os opositoristas que encamparam o projeto de formação da grei também não eram novatos nas lides partidárias. Ou seja, o PA obteve no interior do Paraná o apoio de indivíduos que, havia tempos, atuavam como opositores do PRP.

O pertencimento ao PA, portanto, foi enxergado como uma forma de os opositoristas do interior passarem a desenvolver uma ação política mais organizada. Cumpre evidenciar, por consequência, a natureza da atividade partidária desses opositoristas nos anos anteriores à criação da grei.

Datam do fim dos anos 1900 as mais longínquas informações sobre a ação política dos indivíduos que constam no Quadro 1 como membros históricos da oposição. As primeiras informações referentes à atuação desses convencionais como opositoristas datam da época em que apoiaram a candidatura de Rui Barbosa à Presidência da República, em 1910. Assim, uma etapa da atuação política de uma parcela dos membros do PA radicados no interior do Paraná consistiu no envolvimento na Campanha Civilista, a qual sustentou a candidatura presidencial do senador baiano.³⁹

³⁹ A Campanha Civilista, no Paraná, gerou uma dissensão no grupo dirigente do partido governista do estado. Uma parcela dos situacionistas não aceitou a candidatura do marechal Hermes. Todavia, os membros da elite política paranaense que apoiaram Rui Barbosa não migraram para a oposição. Portanto, foi circunstancial a disposição desses membros para combater uma candidatura oficial. A esse respeito, ver CARNEIRO, Newton. **Um precursor da justiça social: David Carneiro e a economia paranaense**. Curitiba: s/e, 1965. Tal situação não foi peculiar apenas ao Estado do Paraná. A candidatura de Rui Barbosa, em 1910, também contou com o apoio de membros dos partidos predominantes dos estados da Bahia, Rio de Janeiro e São Paulo. FARHAT, Saïd. **Dicionário parlamentar e político: o processo político e legislativo no Brasil**. São Paulo: Melhoramentos, 1996. p. 100. Acerca dos apoios conquistados pela Campanha Civilista, ver SANTOS, Marcelo Henrique Pereira dos. **Rui Barbosa e Pinheiro Machado: disputa política em torno da candidatura e do governo do Marechal Hermes da Fonseca**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2005.

A Convenção Nacional realizada pelos civilistas na cidade do Rio de Janeiro, no dia 22 de agosto de 1909, contou com a participação de cinco futuros membros do PA. Tais membros eram Manuel Correia de Freitas, Osório Guimarães, Pedro de Paula Manso, Salvador Teixeira e Ulisses Falcão Vieira.⁴⁰ Outro convencional do PA, João Viana Seiler, também manifestou apoio à candidatura presidencial de Rui Barbosa, em 1910.⁴¹

Em síntese, esses correligionários do PA principiaram a atuar como antagonistas do situacionismo paranaense na época em que não havia um partido de oposição organizado e competitivo no estado. Nesse contexto, o enfrentamento ao partido governista do Paraná, sobretudo por aqueles que residiam no interior, assumiu o aspecto de uma iniciativa isolada. Ou seja, havia ocasiões em que os opositoristas não estavam articulados a outros contendores do governismo. Em um cenário marcado pelo estável predomínio eleitoral dos governistas, a adoção de uma conduta oposicionista criava obstáculos ao ingresso e à permanência nas instituições políticas.

Para corroborar tal afirmação, compete destacar o caso de Antônio Teixeira Saboia, o qual representou Irati na Convenção realizada pelo PA em 1919. Em 1910, época em que era prefeito de tal município, Saboia já se enquadrava na condição de opositorista. Nessa ocasião, ele apoiou a candidatura presidencial de Rui Barbosa. A sua saída do partido governista distanciou-o da elite política local e, em particular, dos vereadores.

Tal isolamento gerou a cassação, pela Câmara Municipal de Irati, do seu mandato de prefeito. Atente-se, pois, às informações do seguinte telegrama veiculado pelo *Diário da Tarde*: “Camaristas açulados pelo Sr. Alencar Guimarães destituíram da Prefeitura Municipal o Sr. Antônio Saboia, sob a alegação do mesmo sair do município além de oito dias. Mais essa perseguição devida o mesmo ser civilista”.⁴²

Por um lado, tais informações permitem reconhecer que a criação do PA aproximou dois antigos adversários (Alencar Guimarães e Antônio Saboia). Mais

⁴⁰ *Diário da Tarde*, Curitiba, 28 jan. 1910, p. 1.

⁴¹ *Diário da Tarde*, Curitiba, 29 jan. 1910, p. 1.

⁴² *Diário da Tarde*, Curitiba, 14 abr. 1910, p. 2.

amplamente, a formação dessa grei reuniu indivíduos que perderam posições no cenário partidário regional no decorrer dos anos 1910. Por outro lado, as informações contidas na citada mensagem possibilitam salientar que não era incomum, no interior do Paraná, a ocorrência de represálias aos egressos do governismo que ambicionavam combater o partido predominante.

Em verdade, Saboia conhecera o esgotamento de sua liderança na vida política de Irati no fim dos anos 1900. A ascensão de um novo chefe partidário local minara a sua capacidade de se conservar no exercício de cargos relevantes naquela localidade.⁴³ Tais informações evidenciam que os indivíduos que no Quadro 1 constam como opositores estiveram imersos em um contexto no qual não existia um partido que oferecesse apoio para os antagonistas da situação continuarem ativos na vida política.

A eleição presidencial de 1910 foi o momento do ingresso de futuros integrantes do PA no grupo opositor. A totalidade dos indivíduos que constam no Quadro 1 como membros da oposição participaram da Campanha Civilista. Tratava-se, por certo, de uma época de baixa formalização da ação política dos opositores paranaenses. Essas atividades eram circunscritas a uma campanha eleitoral. No entanto, a defesa das pretensões eleitorais de Rui Barbosa permitiu a formação, no Paraná, de uma conexão entre lideranças políticas de distintas regiões do estado.

A fundação do PA representou uma iniciativa para retomar a aliança entre indivíduos que, durante os anos 1910, haviam pertencido ao mesmo grupo político. O surgimento do PA reaproximou, por exemplo, o ex-deputado federal Manuel Correia de Freitas (1851-1932) do citado Pedro Manso. Originários do litoral do Paraná, eles promoveram a candidatura de Rui Barbosa em tal região, em 1910.⁴⁴

De fato, houve apoiadores desse senador que implantaram no Paraná, em 1913, um diretório do Partido Republicano Liberal (PRL). Conforme acima destacado, essa grei era liderada, em âmbito nacional, por Rui Barbosa. Porém, em meados de 1915 o diretório paranaense do PRL foi desativado.⁴⁵ O PA, em resumo,

⁴³ **Diário da Tarde**, Curitiba, 08 nov. 1909, p. 1.

⁴⁴ **Diário da Tarde**, Curitiba, 14 fev. 1910, p. 2.

⁴⁵ **A República**, Curitiba, 16 jun. 1915, p. 1.

surgiu com o propósito disciplinar a ação política dos opositoristas, os quais estavam habituados a combater o governismo estadual sem o respaldo de uma agremiação.

Os convencionais do PA marcados pela eventual atividade partidária: aspectos de suas diferenças sociais

As informações inseridas no Quadro 1 evidenciam que a maior parte dos membros da Convenção do PA, em 1919, não desenvolveu uma carreira política nas primeiras três décadas da República. O grupo mais numeroso de convencionais era composto por indivíduos que, nos municípios interioranos em que estavam radicados, não exerciam posições de destaque na vida partidária.

Por um lado, os integrantes dessa parcela de correligionários do PA se aproximavam pelo fato de que não possuíam um consistente envolvimento nas lides partidárias. Por outro lado, eles se distinguiam em decorrência de sua condição social. Houve membros de diferentes segmentos da sociedade paranaense que encamparam o projeto de interiorização do citado partido.

Dentre os convencionais que não pertenceram a partidos nos anos anteriores à criação do PA, havia aqueles que não eram provenientes das elites sociais. Esse grupo de correligionários era constituído, por exemplo, por pequenos comerciantes e escreventes de órgãos públicos. Tal grupo era também composto por João Jacob Meyer. Ele era um operário que exercia o seu ofício, na cidade de Curitiba, ao menos desde os anos 1900. As eventuais informações veiculadas sobre Meyer na imprensa paranaense ressaltam a sua condição social modesta.⁴⁶

De outra parte, no rol de convencionais do PA que não fizeram longa carreira política estava um abastado negociante, Zacarias de Paula Xavier (1854-1925). Residente na cidade de Curitiba, ele atuava como negociante de erva-mate.⁴⁷ Nos anos finais do Império, Xavier esteve envolvido na vida partidária. Em 1889, foi membro do diretório do Partido Conservador da cidade de Curitiba.⁴⁸ O exercício desse posto foi a mais alta função que ele desempenhou em uma

⁴⁶ Em uma das notícias veiculadas sobre tal indivíduo, lê-se: “No Alto da Glória [bairro da capital paranaense] reside em uma casinha, em companhia de seu pai enfermo, o operário João Jacob Meyer, de origem alemã, e que vive ali a cuidar do autor dos seus dias” **A República**, Curitiba, 30 jun. 1905, p. 1.

⁴⁷ **A República**, Curitiba, 06 out. 1899, p. 2.

⁴⁸ **A República**, Curitiba, 21 nov. 1889, p. 3.

agremiação. O único mandato por ele exercido foi o de deputado ao Congresso Constituinte do Paraná, em 1892.⁴⁹ Na época de seu ingresso no PA, havia vinte e sete anos que esse negociante não mantinha vínculo formal com um partido.

Ao tempo da Primeira República, o mais destacado posto exercido por Xavier foi o de presidente da Associação Comercial do Paraná.⁵⁰ No fim dos anos 1890, portanto, ele exerceu o controle sobre uma instituição composta pela elite empresarial do estado. As demandas que Xavier defendeu nesse período eram destinadas à concretização dos objetivos de tal elite.⁵¹

Havia outro convencional do PA, João Viana Seiler, que também pertencia a uma entidade corporativa. Ele era membro da Associação Curitibana dos Empregados do Comércio.⁵² Tal instituição promovia ações recreativas e assistenciais em favor dos funcionários dos comerciantes varejistas.⁵³ Em resumo, o PA era composto tanto por indivíduos que mantinham ligações com a elite empresarial do Paraná, quanto por correligionários que possuíam vínculos com indivíduos pertencentes às camadas populares da capital paranaense.

As informações do Quadro 1 possibilitam asseverar que, no interior do Paraná, o PA foi apoiado por indivíduos que não tinham marcante experiência na vida partidária. Anteriormente à criação dessa grei, houve poucos convencionais que se envolveram em episódios da história eleitoral do estado.

Um desses convencionais era Pedro Kalil Sphair. Ele teve apenas um momento de participação mais decisiva em campanhas políticas. Tal momento data de 1912, quando integrou uma chapa oposicionista nas eleições municipais de Bocaiúva do Sul. Nessa ocasião, Sphair concorreu ao posto de suplente de vereador. Todavia, não teve sucesso em sua candidatura.⁵⁴ Tal informação consiste em um indício de que, a despeito da ausência de um partido estadual de oposição, no Paraná do início dos anos 1910 havia eleitores de áreas interioranas que se articulavam para combater o PRP.

⁴⁹ **A República**, Curitiba, 29 jan. 1892, p. 2.

⁵⁰ **A República**, Curitiba, 04 dez. 1899, p. 2.

⁵¹ Ao tempo em que Zacarias Xavier presidiu a ACP, uma das ações mais frequentes dessa entidade era demandar ao Governo Federal e ao Governo do Estado a suspensão do aumento de tarifas que incidiam sobre os negócios do empresariado paranaense. **A República**, Curitiba, 17 jan. 1896, p. 2.

⁵² **A República**, Curitiba, 09 dez. 1914, p. 2.

⁵³ **A República**, Curitiba, 06 jan. 1900, p. 2.

⁵⁴ **Diário da Tarde**, Curitiba, 29 mai. 1912, p. 3.

De outra parte, cumpre mencionar que a filiação ao PA não impeliu os novatos na vida política a permanecer vinculados à oposição após a dissolução da grei. Em verdade, houve indivíduos desigualmente posicionados na hierarquia do PA que se tornaram governistas nos anos finais da Primeira República. Conforme demonstrado na última seção deste artigo, Alencar Guimarães, que era o presidente do partido, envolveu-se em esquemas de nomeações para cargos comissionados a partir de 1922. Em tal ano, outro correligionário do PA já estava vinculado ao grupo governista. Tratava-se de Manuel Evêncio da Costa Moreira, que jamais exerceu mandatos eletivos.⁵⁵

Desse modo, o início dos anos 1920, no Paraná, foi uma época marcada pela interrupção do projeto de manter um partido oposicionista em funcionamento. Nesse aspecto, portanto, o cenário partidário do Paraná diferia do cenário existente em estados como a Bahia e o Rio de Janeiro. No princípio dos anos 1920, em ambos os estados, havia uma polarização mais acirrada entre as forças da situação e da oposição.⁵⁶

O PA na eleição estadual de 1919: perfil social e desempenho eleitoral dos seus candidatos

As informações analisadas no decorrer desta seção estão concentradas no Quadro 2. Essas informações auxiliam a refinar a análise sobre a composição social do PA. Elas também permitem ressaltar os limites da força eleitoral dos seus correligionários. Cumpre salientar que em 1919 tal agremiação participou de sua primeira eleição. A grei apresentou a candidatura de Alencar Guimarães para o cargo de 1º vice-presidente do Paraná. Porém, ele foi derrotado pelo candidato governista. Apoiado pelo PRP, Eurides Cunha obteve 11.376 votos (76,8%). Alencar Guimarães, do PA, angariou 3.441 sufrágios (23,2%).⁵⁷

Nessa oportunidade, o PA lançou vinte candidatos no pleito para o Congresso Legislativo do Paraná. Havia trinta vagas em disputa. O PA evitou

⁵⁵ **A República**, Curitiba, 29 mar. 1922, p. 2.

⁵⁶ Concernente à polarização partidária no Estado do Rio de Janeiro nos primeiros anos da década de 1920, ver FERREIRA, M. de M. Op. Cit., p. 132. Acerca, por sua vez, das disputas políticas na Bahia em tal contexto, ver BRITO, Jonas. **Um Às na mesa do jogo: a Bahia na história política da Primeira República**. Salvador: Ed. da UFBA, 2019; SARMENTO, Érica Noronha. **A Raposa e a Águia: J. J. Seabra e Rui Barbosa na política baiana da Primeira República**. Salvador: Ed. da UFBA, 2011.

⁵⁷ **República**, Curitiba, 21 nov. 1919, p. 1.

disputar com o PRP o controle integral das vagas abertas para aquela instituição. A estratégia do PA era concentrar os votos de seu eleitorado em um número menor de postulantes para assegurar uma representação mínima no Congresso do Estado. A grei oposicionista, porém, não conseguiu eleger seus candidatos.

O resultado desse pleito evidenciou a restrita base eleitoral da oposição paranaense. Nessa disputa, os trinta candidatos governistas somaram 226.862 votos (76%). Os vinte postulantes da oposição, por sua vez, angariaram 71.405 sufrágios (24%).⁵⁸ Nas seções subsequentes deste artigo, é evidenciado que o contingente de eleitores amealhado pelo PA em 1919 não permaneceu fiel à grei. Ao contrário, o partido conheceu expressiva redução de sua base eleitoral nos pleitos que disputou nos anos de 1920 e 1921. O estudo sobre o desempenho eleitoral dos candidatos dessa grei ao cargo de deputado estadual demanda, preliminarmente, a atenção às informações do Quadro a seguir reproduzido.

Quadro 2 – Perfil político e profissional dos candidatos de oposição ao Congresso Legislativo do Estado do Paraná (1919)

Nome	Município de residência	Profissão	Posição no quadro partidário paranaense (anterior a 1919)	Total de nomeações para cargos públicos (anterior a 1919)	Total de mandatos no Poder Legislativo (anterior a 1919)	Total de mandatos no Poder Executivo (anterior a 1919)
Alceu do Amaral Ferreira	Curitiba	Médico	Sem filiação	0	0	0
Antônio Augusto de Carvalho Chaves	Curitiba	Advogado	Oposição	2	7	0
Antônio da Rocha Loures Villaça	Guarapuava	Fazendeiro	Situação	1	1	0
Benjamin Batista Lins de Albuquerque	Curitiba	Advogado	Situação	2	0	0

⁵⁸ **A República**, Curitiba, 02 nov. 1919, p. 1.

ue						
Carlos da Silva Eiras	Curitiba	Militar	Situação	0	0	0
Djalma Poly Coelho	Curitiba	Militar	Sem filiação	0	0	0
Flávio de Carvalho Guimarães	Ponta Grossa	Fazendeiro	Situação	1	0	0
Hugo Gutierrez Simas	Curitiba	Advogado	Situação	3	1	0
João Cândido de Oliveira	Tamandaré	Comerciante	Situação	2	2	1
João de Almeida Barbosa Júnior	São José dos Pinhais	Farmacêutico	Situação	1	0	0
João Guilherme Guimarães	Paranaguá	Negociante	Oposição	0	1	2
João Teófilo Gomy Júnior	Curitiba	Promotor Público	Sem filiação	1	0	0
João Vianna Seiler	Curitiba	Industrial	Oposição	0	1	0
José Nunes Sardenberg	Curitiba	Militar	Situação	0	1	0
Manuel Correia de Freitas	Curitiba	Jornalista	Oposição	1	3	0
Lauro do Brasil Loyola	Antonina	Industrial	Situação	4	4	1
Leopoldino José de Abreu	Antonina	Negociante	Situação	10	3	0
Octávio Ferreira do Amaral e Silva	Lapa	Magistrado	Situação	4	1	0
Osório Ribas Guimarães	Ponta Grossa	Engenheiro Civil	Situação	2	4	0
Ulisses Falcão Vieira	Curitiba	Advogado	Oposição	5	2	0

Fontes: *A República* (PR); *Diário da Tarde* (PR); *Gazeta Paranaense* (PR); *O Estado do Paraná* (PR)

As informações contidas nesse Quadro permitem fundamentar duas constatações. Primeiro, cumpre salientar que os candidatos escolhidos para representar o partido na disputa para o Congresso do Paraná eram, em sua maior parte, veteranos da política. A parcela majoritária desses postulantes era composta por egressos do governismo. Em tal pleito, tornou-se evidente que o PA serviu como um refúgio para indivíduos que experimentaram o esgotamento de sua influência no situacionismo estadual.

Havia aspectos comuns às carreiras desses egressos. Um desses aspectos reside no fato de que a obtenção de distintos cargos comissionados era um indicador da consistência de seus vínculos com o governismo. Nesse cenário, o PA optou por selecionar candidatos que já possuíam uma longa experiência nas esferas da administração pública. Dessa forma, era pouco expressivo o número de candidatos dessa grei que não tinham filiação partidária na época anterior às eleições estaduais de 1919.

Outro aspecto da convergência entre os candidatos citados no Quadro 2 diz respeito ao exercício de mandatos eletivos. O PA absorveu indivíduos que venceram eleições para cargos legislativos e, em menor escala, para os postos do Poder Executivo. Os indivíduos que aparecem nesse Quadro classificados como opositoristas possuíam a experiência de coordenar campanhas eleitorais.

Cabe destacar que os dirigentes do PA buscaram amearhar o apoio de políticos que se enquadravam na categoria de *coronéis*. Esses políticos estavam habituados a comandar diretórios municipais de partidos estaduais. No limiar do século XX, eles também se envolveram na construção das bases eleitorais que propiciaram a reiteração do predomínio do partido governista do Paraná.⁵⁹

A preferência pela montagem de uma chapa formada por correligionários que tinham longa vivência nas lides partidárias impôs limites à emergência de lideranças opositoristas no estado. Aos indivíduos sem prévia experiência

⁵⁹ A esse respeito, atente-se aos casos dos coronéis João Guilherme Guimarães (1857-1927), ex-prefeito de Paranaguá, e Lauro do Brasil Loyola (1872-1950), ex-prefeito de Antonina. No ano de 1915, eles já haviam se desligado do situacionismo. Nessa época, coordenaram a implantação de unidades municipais da Concentração Republicana. Ou seja, ao migrarem para a oposição eles continuaram envolvidos na organização local de agremiações políticas. **A República**, Curitiba, 06 jan. 1915, p. 1.

política, coube a condição de apoiadores das candidaturas de antigos mandatários que haviam mantido ligações com o governismo.

A segunda constatação diz respeito ao fato de que a maior parte dos candidatos a deputado estadual pelo PA era formada por indivíduos residentes na cidade de Curitiba. O processo de interiorização de diretórios da grei não resultou na incorporação de relevante número de chefes políticos municipais à chapa de candidatos do PA. Em boa medida, os correligionários dessa grei que estavam enraizados em municípios interioranos atuaram como uma retaguarda destinada a assegurar localmente o apoio às pretensões eleitorais de egressos do governismo que residiam na capital.

De fato, os resultados das eleições municipais de 1920 evidenciaram que era baixo o grau de competitividade eleitoral dos membros do PA que viviam em municípios do interior. A função primordial desse segmento de correligionários era manter uma atividade regular do partido em distintas regiões do estado. Eles eram agentes do projeto de formalização da vida interna da grei. Assim, tais correligionários tinham a tarefa de evitar que a atividade do partido arrefecesse após um pleito eleitoral.

Os filiados que viviam em cidades do interior tinham a incumbência de organizar um partido que não atuasse como um comitê eleitoral, no qual a articulação entre os correligionários é pouco duradoura. A duração do PA não foi inferior a de outros partidos de oposição que existiram no Paraná ao longo da Primeira República.⁶⁰ Contudo, esses correligionários não reuniram os apoios necessários para consolidar uma base eleitoral e superar as candidaturas que o partido predominante apresentava em eleições municipais.

O desempenho do PA nas eleições municipais de 1920: os limites da base eleitoral da oposição paranaense

⁶⁰ O PA teve a mesma duração do Partido Republicano Liberal – dois anos. De outra parte, a grei comandada por Alencar Guimarães teve uma existência mais longa do que o Partido Republicano Federal, o qual liderou a oposição paranaense durante seis meses (novembro de 1908 a maio de 1909). *Diário da Tarde*, Curitiba, 31 mai. 1909, p. 1. A duração do PA também foi superior a do Partido Independente, que foi criado e extinto no contexto das eleições parlamentares de 1912. *Diário da Tarde*, Curitiba, 21 jun. 1912, p. 1.

Em 1920, nas eleições para o cargo de prefeito, o PA lançou candidatos nas quatro regiões do Paraná. Todos os seus postulantes foram derrotados. Os postulantes lançados por essa grei receberam votos em apenas dez municípios. Foi muito díspar a votação obtida pelos representantes da situação e da oposição. A análise da votação dos postulantes do PA permite evidenciar os limites do enraizamento desse partido no interior do Paraná. A esse respeito, atente-se às informações contidas na Tabela 1.

Tabela 1 - Votação dos candidatos do PRP e do PA nas eleições para prefeito no Estado do Paraná (1920)

Município	Região do Estado do Paraná	Votação dos candidatos do PRP (em números absolutos)	% da votação dos candidatos do PRP	Votação dos candidatos do PA (em números absolutos)	% da votação dos candidatos do PA
Araucária	Primeiro planalto	198	100	0	0
Campina Grande	Primeiro planalto	102	100	0	0
Campo Largo	Primeiro planalto	430	100	0	0
Castro	Segundo planalto	274	62	169	38
Clevelândia	Terceiro planalto	142	98,6	2	1,4
Colombo	Primeiro planalto	182	100	0	0
Colônia Mineira	Terceiro planalto	109	100	0	0
Curitiba	Primeiro planalto	1059	94,7	59	5,3
Deodoro	Primeiro planalto	134	100	0	0
Entre Rios	Terceiro planalto	88	73,3	32	26,7
Guaraqueçaba	Litoral	44	100	0	0
Guarapuava	Terceiro planalto	316	100	0	0
Guaratuba	Litoral	84	100	0	0
Irati	Segundo planalto	225	73,7	80	26,3
Lapa	Primeiro planalto	529	100	0	0
Mallet	Segundo	133	100	0	0

	planalto				
Marumby	Segundo planalto	55	100	0	0
Morretes	Litoral	84	100	0	0
Palmeira	Segundo planalto	464	67,8	220	32,2
Palmira	Segundo planalto	82	100	0	0
Paranaguá	Litoral	477	84,1	90	15,9
Piraí	Segundo planalto	211	100	0	0
Ponta Grossa	Segundo planalto	288	83,5	57	16,5
Porto de Cima	Litoral	29	100	0	0
Prudentópolis	Terceiro planalto	152	62	93	38
Rio Branco	Primeiro planalto	220	51	211	49
São Mateus	Segundo planalto	290	100	0	0
Tamandaré	Primeiro planalto	98	100	0	0
Teixeira Soares	Segundo planalto	144	100	0	0
Triunfo	Segundo planalto	95	100	0	0

Fonte: A República, Curitiba, 26 jun. 1920, p. 1.

As informações presentes no Quadro 2 permitem sustentar duas constatações. Primeiro, cumpre ressaltar que a criação de unidades locais do PA, no Paraná do fim dos anos 1910, não provocou a consolidação de uma estável base eleitoral para a oposição no estado. A fundação dessas unidades não foi sucedida por um consistente processo de recrutamento de correligionários. Assim, em uma parte dos municípios paranaenses o PA não possuía a organização necessária para obter um percentual mínimo de votos.

Em resumo, a fundação e interiorização do PA não foram suficientes para que a oposição abandonasse uma prática que, de forma intermitente, adotava desde o início do século XX. Tal prática consistia em se abster de lançar candidaturas em virtude da expressiva força eleitoral dos governistas. Havia integrantes do PA que já estavam vinculados à oposição ao tempo em que a

abstenção eleitoral começou a ser praticada pelos adversários do situacionismo.⁶¹ Dessa forma, o surgimento desse partido não foi acompanhado por uma mudança nas formas de ação eleitoral da oposição.

A segunda constatação afirma que foi em apenas no município de Rio Branco do Sul que a oposição paranaense alcançou uma votação parelha àquela angariada pelos situacionistas. A força eleitoral do situacionismo permitiu que o partido oficial conquistasse, na maior parte das cidades paranaenses, mais de 60% dos votos. De outra parte, não houve entre os candidatos a prefeito do PA uma semelhança quanto ao eleitorado que amealharam. Em tal pleito, foram muito diferentes entre si os percentuais da votação dos candidatos oposicionistas. Assim, entre as unidades locais do partido existiam diferenças acerca da capacidade de formação de um grupo cativo de apoiadores.

A esse respeito, atente-se para o desempenho eleitoral do PA no litoral paranaense. Foi apenas na cidade de Paranaguá que o partido recebeu votos. Em Morretes, Guaraqueçaba, Guaratuba e Porto de Cima, o PA não conquistou eleitores. O desempenho eleitoral dessa grei em tal área evidencia que as lideranças locais do partido não tiveram sucesso na tarefa de formar, ao menos, um pequeno conjunto de apoiadores. As informações da Tabela 1 denotam que o aparecimento do PA não reduziu a competitividade eleitoral do PRP. Em tal época, manteve-se absoluto o controle que essa grei exercia sobre cargos dos poderes Executivo e Legislativo.

Os chefes locais do partido também se diferenciavam em decorrência da maior ou menor condição de manter uma conexão com correligionários do PA de outras cidades. Mais precisamente, os correligionários do interior se distinguiram em virtude da condição de obterem de lideranças do PA, sobretudo aquelas pertencentes ao diretório central, um auxílio para a realização das suas pretensões eleitorais. Nesse contexto, não havia uma ação eleitoral unificada entre os chefes municipais da agremiação.

⁶¹ Dentre esses integrantes, estava João de Menezes Dória (1857-1934). Em 1903, ele pertenceu ao Partido Republicano, uma agremiação que funcionou apenas no Paraná. Em tal ano, essa grei decidiu não apresentar candidatos à Câmara dos Deputados, pois reconheceu a supremacia do partido governista. **A República**, Curitiba, 14 mar. 1903, p. 1.

Trata-se, por conseguinte, de salientar uma característica da interação entre lideranças do PA estabelecidas em diferentes cidades. Em 1920, o periódico situacionista *A República* publicou uma carta do coronel José Gonçalves Lobo, então prefeito de Paranaguá. Nessa missiva, o mandatário salientou que o jornal curitibano *Gazeta do Povo*, apoiador do PA, publicava panfletos contendo críticas contra ele, José Lobo. Esses textos eram assinados por indivíduos que se apresentavam como operários. O prefeito ressaltou que tais escritos eram enviados à *Gazeta do Povo* por seus adversários naquele município. Tais adversários eram os dirigentes do PA.⁶²

As informações acerca de tal episódio permitem destacar que a criação da *Gazeta do Povo*, em 1919, foi decisiva para que o PA conseguisse efetuar sua propaganda política. O editor do periódico, Benjamin Lins (1876-1951), pertencia a essa agremiação.⁶³ Em virtude de sua proximidade com Lins, os opositores residentes em Paranaguá conseguiram o apoio de um órgão de imprensa para divulgar opiniões desabonadoras sobre o chefe local dos situacionistas. Tais informações são indícios de que houve, no pleito municipal de 1920, a articulação entre membros de distintos diretórios do PA (Curitiba e Paranaguá) com a finalidade de impulsionar as candidaturas do partido.

O referido acontecimento evidencia que os líderes do PA em Paranaguá buscaram uma aproximação com setores de trabalhadores urbanos, notadamente o operariado. Ao endossarem o conteúdo de panfletos supostamente redigidos por operários, os dirigentes do PA tentaram ampliar a capilaridade social de sua grei. A estratégia eleitoral dos chefes locais da agremiação era direcionada a conquistar adesões nas camadas populares do município.

De todo modo, essa estratégia não ocasionou o fortalecimento eleitoral do PA na região litorânea. O PA não conseguiu suplantar a força política dos coronéis que sustentavam localmente as candidaturas governistas. Mais precisamente, ela não conseguiu derrotar lideranças como o coronel José Lobo. Essas lideranças

⁶² *A República*, Curitiba, 28 jun.1920, p. 3.

⁶³ *A República*, Curitiba, 10 jan. 1919, p. 1.

eram responsáveis pela manutenção, em áreas interioranas, de um séquito de apoiadores para o PRP.⁶⁴

O PA foi extinto em 1921, após a derrota de seu candidato em uma eleição para deputado federal. Compete, pois, analisar o desempenho eleitoral do partido em seu último pleito. Cumpre, também, dedicar atenção ao destino de seu principal dirigente nos anos finais da Primeira da República.

A candidatura de Alencar Guimarães à Câmara dos Deputados em 1921: aspectos das estratégias eleitorais da oposição estadual

Em janeiro de 1921, Alencar Guimarães apresentou sua candidatura a deputado federal pelo PA. Havia quatro vagas em disputa. O partido, contudo, optou por indicar apenas um nome. Dessa forma, no fim da Primeira República a oposição paranaense ainda empregava uma prática que, desde os anos 1890, era adotada pelos partidos minoritários do Brasil. Tal prática consistia em lançar poucas candidaturas, ou homologar candidatura única, para evitar a dispersão dos votos do seu pequeno eleitorado na disputa por vagas à Câmara dos Deputados.⁶⁵ Portanto, o PA não possuía um nível de competitividade eleitoral suficiente para ambicionar o controle integral das vagas da bancada paranaense nessa instituição.

A lei eleitoral que vigorava no Brasil desde 1904 (Lei Rosa e Silva) permitia que os eleitores votassem em um número de candidatos um algarismo inferior ao total de deputados que o seu distrito enviava à Câmara. Essa lei também possibilitava que o eleitor concentrasse os seus votos em apenas um candidato. Tratava-se da prática do *voto cumulativo*.⁶⁶ Essa regra era útil aos oposicionistas, pois eles poderiam conquistar uma representação mínima no Poder Legislativo por meio da concentração de votos em um candidato. Em estados como Minas Gerais, tal regra de votação propiciou o aumento do número de oposicionistas eleitos para a Câmara.⁶⁷ No Paraná, contudo, ela não extinguiu o domínio absoluto dos governistas sobre as vagas da bancada paranaense.

⁶⁴ A respeito da natureza da ação política dos coronéis no Paraná das primeiras décadas do século XX, ver GOULART, Mônica Helena Harrich Silva. **Coronelismo e poder local no Paraná, 1880-1930**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2004.

⁶⁵ FIGUEIREDO, V. F. Op. Cit., p. 47.

⁶⁶ Acerca das regras de votação da época da Primeira República, ver NICOLAU, Jairo. **Eleições no Brasil: do Império aos nossos dias**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

⁶⁷ FIGUEIREDO, V. F. Op. Cit., p. 47.

Em 1921, Alencar Guimarães conquistou 2.700 votos para deputado federal. Ele obteve o quinto lugar no pleito e não conseguiu se eleger. O redator da *Gazeta de Notícias* salientou que, em decorrência do voto cumulativo, era factível considerar que o ex-senador foi escolhido por apenas 900 eleitores.⁶⁸ Ou seja, cada um desses indivíduos teria sufragado por três vezes o nome de Alencar Guimarães. Tal resultado evidenciou a limitada base eleitoral que o PA conseguira formar nos seus dois anos de existência. O resultado completo desse pleito está exposto na Tabela 2. Nesse âmbito, note-se que a candidatura de Alencar Guimarães não ameaçou a vitória do governista que obteve a quarta colocação na disputa.

Tabela 2 - Votação dos candidatos a deputado federal pelo Estado do Paraná (1921)

Nome	Profissão	Partido	Votação (em números absolutos)	% da votação do candidato	Resultado
Afonso Alves de Camargo	Advogado	Partido Republicano Paranaense	11.339	25	Eleito
Lindolfo Pessoa	Advogado	Partido Republicano Paranaense	10.546	23,2	Eleito
Plínio Gonçalves Marques	Médico	Partido Republicano Paranaense	10.410	23	Eleito
Luiz Bartolomeu de Sousa e Silva	Jornalista	Partido Republicano Paranaense	10.326	22,8	Eleito
Manuel de Alencar Guimarães	Advogado	Partido Autonomista	2.700	6	Não eleito

Fonte: *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 02 mar. 1921, p. 3.

No contexto da Primeira República, um indicador da unidade interna das oposições estaduais era a disposição para contestarem, nas Comissões de Verificação Poderes da Câmara e do Senado Federal, a eleição dos situacionistas. De 1900 a 1930, em diferentes estados, houve oposicionistas que buscaram anular

⁶⁸ *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 02 mar. 1921, p. 3.

a vitória dos governistas por meio da demonstração da ocorrência de fraudes eleitorais.⁶⁹

Em 1921, o PA não se mobilizou para contestar a eleição de um dos postulantes do PRP. Em verdade, desde a eleição senatorial de 1915 a oposição paranaense não cultivava a prática de recorrer às mencionadas Comissões de Verificação.⁷⁰ Tal prática voltou a ser adotada em 1927, no contexto de um pleito para o cargo de deputado federal.⁷¹

Em suma, foram raras as ocasiões em que os oposicionistas do Paraná apresentaram demandas àquelas Comissões. Essas demandas não foram direcionadas, em todos os casos, a contestar a vitória de governistas. Em 1912, por exemplo, a eleição de um oposicionista para deputado federal foi questionada pelos candidatos derrotados no pleito.⁷² Apesar de se contraporem ao situacionismo, os postulantes derrotados não estavam unidos em um único partido. Em última análise, nos anos imediatamente anteriores à criação do PA não havia consistente integração entre os contendores do governismo paranaense.

Nesse cenário, cumpre salientar que a unidade interna da oposição paranaense era menor do que a unidade das oposições de outros estados brasileiros. No Rio Grande do Sul, por exemplo, o início dos anos 1920 foi uma época em que os adversários do situacionismo permaneceram politicamente organizados. Tal organização era marcada pela denúncia de fraudes eleitorais, bem como por tentativas de destituir o grupo situacionista do comando das instituições estaduais.⁷³

⁶⁹ ZULINI, Jaqueline Porto. **Modos do bom governo na Primeira República: o papel do Parlamento no regime de 1889-1930**. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2016. p. 93.

⁷⁰ Nessa oportunidade, a reclamação foi aceita pela Comissão de Verificação de Poderes do Senado. Assim, o candidato de oposição, Francisco Xavier da Silva, assumiu o mandato do senador, em prejuízo do governista Ubaldino do Amaral Fontoura. **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, 08 jun. 1915, p. 2.

⁷¹ Nessa ocasião, a reclamação dos oposicionistas do Paraná contra o resultado eleitoral não foi acatada pela Comissão de Poderes da Câmara dos Deputados. **O Dia**, Curitiba, 26 abr. 1927, p. 1.

⁷² No mencionado ano, Manuel Correia de Freitas elegeu-se deputado federal na condição de candidato avulso. Os oposicionistas derrotados eram Domingos Nascimento, João de Menezes Dória e Leôncio Correia. Eles recorreram à Comissão de Verificação de Poderes da Câmara para invalidar a eleição de Freitas. Porém, a reclamação não foi atendida. BRASIL. **Anais da Câmara dos Deputados**. Vol. 1. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1912, p. 38-39.

⁷³ A esse respeito, ver ANTONACCI, M. A. Op. Cit.

Após a eleição parlamentar de 1921, foi lenta a reorganização da oposição paranaense. Tal derrota foi sucedida pela dissolução do PA. Conforme acima destacado, a oposição paranaense voltou a se organizar sob um partido somente em 1926, quando ocorreu a fundação do Partido Democrático Paranaense (PDP). Porém, no ano seguinte à sua fundação essa grei já estava extinta.⁷⁴ A criação desse partido consistiu na última tentativa de formação de um partido de oposição no Paraná da Primeira República. Essa nova agremiação foi comandada por um membro fundador do PA, o citado João Guilherme Guimarães.

Portanto, nos últimos anos da Primeira República os egressos do governismo ainda ocupavam posições centrais no grupo oposicionista do estado. Em verdade, a conservação de tais posições foi mantida no início dos anos 1930, época em que esses egressos se envolveram na criação de outro partido de oposição.⁷⁵

Ao tempo da fundação do PDP, Alencar Guimarães não ocupava o posto de líder da oposição estadual. No ano seguinte à extinção do PA, ele se integrou ao grupo político que comandava o Governo Federal. Essa integração lhe permitiu exercer funções comissionadas, como a de tesoureiro da Comissão do Centenário da Independência do Brasil, em 1922, e Inspetor Consular para os países da América do Sul e Sul da África, em 1927.⁷⁶ A adesão à ordem política situacionista foi o destino do ex-senador nos anos finais da Primeira República.

Considerações finais

Por meio de um estudo de caso, este artigo buscou avançar no conhecimento sobre as formas de organização interna e desempenho eleitoral de partidos estaduais de oposição da época da Primeira República. Há quatro resultados apresentados neste trabalho.

⁷⁴ **O Dia**, Curitiba, 04 nov. 1927, p. 2.

⁷⁵ Houve membros do PA, a exemplo de Ulisses Vieira, que participaram da implantação de um partido estadual. Tratava-se do Partido Social Nacionalista (PSN), uma agremiação oposicionista criada em 1934. O ex-presidente do PA, Alencar Guimarães, também pertenceu ao PSN. Acerca dos destinos de membros da elite política do Paraná após o ano de 1930, ver DAGOSTIM, Maristela Wessler. **A República dos Conselhos: um estudo sobre a transformação do perfil da elite política paranaense (1930-1947)**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2011.

⁷⁶ **O Dia**, Curitiba, 20 ago. 1927, p. 1.

Primeiro, cumpre salientar que a criação do PA contou com o respaldo de indivíduos radicados em mais de três dezenas de municípios do interior do Paraná. Uma parcela desses correligionários era egressa do partido governista. Desse modo, nota-se que, no fim dos anos 1910, os municípios paranaenses possuíam uma vida política marcada por permanentes desfiliações da grei situacionista. A fundação de uma agremiação oposicionista era uma oportunidade para os governistas decaídos conservarem uma presença no jogo partidário de suas cidades de origem.

O segundo resultado deste artigo evidencia que os fundadores do PA eram pouco competitivos do ponto de vista eleitoral. De um lado, a criação de diretórios municipais dessa grei foi imperiosa para consolidar uma rotina de atividades do partido. O apoio de correligionários de diversas cidades impediu que o PA funcionasse como um comitê eleitoral que se extingue imediatamente após a derrota de seus candidatos. De outro lado, os integrantes do PA não conseguiram formar um eleitorado cativo. A fundação dessa grei não contrabalançou o predomínio do PRP em eleições para cargos legislativos e executivos.

O terceiro resultado afirma que o surgimento do PA não propiciou a renovação do quadro de lideranças oposicionistas. Essa grei era controlada por políticos veteranos que experimentaram a corrosão de suas bases eleitorais ao se afastarem do partido predominante. Nas eleições parlamentares de 1919 e 1921, foram os egressos do situacionismo que tiveram a oportunidade ser escolhidos para compor as chapas de candidatos do partido. O PA se enquadra em uma linhagem de partidos que, comandados por Alencar Guimarães, respaldaram as pretensões eleitorais de indivíduos politicamente ativos desde o início da Primeira República.

O quarto resultado, por fim, salienta que a dissolução do PA gerou a desagregação da oposição paranaense. Foi apenas em 1926 que ocorreu uma nova e efêmera tentativa de manter em funcionamento uma grei oposicionista. Houve, pois, dois destinos peculiares aos correligionários do PA. Um destino era a vinculação a esquemas de nomeações para cargos públicos. Tratava-se, assim, de um destino marcado pela adesão à ordem governista. O outro destino era a participação nas tentativas de fundação de agremiações oposicionistas.

Fontes

A República (PR)

BRASIL. **Lei Federal nº 1.269, de 15 de novembro de 1904.**

Diário da Tarde (PR)

Gazeta de Notícias (RJ)

Gazeta Paranaense (PR)

Jornal do Brasil (RJ)

O Dia (PR)

O Estado do Paraná (PR)

Referências bibliográficas

ANTONACCI, Maria Antonieta. **RS, as oposições e a Revolução de 23.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981.

ARRUDA, Larissa Rodrigues Vacari de. **Disputas oligárquicas: as práticas políticas das elites mato-grossenses (1892-1906).** São Carlos: Ed. da UFSCar, 2015.

ATHAIDES, Rafael. **As paixões pelo sigma: afetividades políticas e fascismos.** Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2012.

BARBOSA, Luciano Senna Peres. **Viva o povo de Juiz de Fora: eleições e estratégias discursivas na Primeira República.** Juiz de Fora: Ed. da UFJF, 2013.

BARBOSA, Rui. **Teoria política.** In: PIRES, Homero (Org.). São Paulo: Jackson Editores, 1964.

BRITO, Jonas. **Um Às na mesa do jogo: a Bahia na história política da Primeira República.** Salvador: Ed. da UFBA, 2019.

CAMELUCCI, Anderson Luís. **Crise monárquica e experiências de República no município de Franca (1880-1906).** Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual “Júlio de Mesquita Filho”. Franca, 2008.

CARNEIRO, Newton. **Um precursor da justiça social: David Carneiro e a economia paranaense.** Curitiba: s/e, 1965.

CASALECCHI, José Ênio. **O Partido Republicano Paulista: política e poder (1889-1926).** São Paulo: Brasiliense, 1987.

CHARLE, Christophe. A prosopografia ou biografias coletivas: balanço e perspectivas. In: HEINZ, Flávio (Org.). **Por outra história das elites.** Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2010, p. 41-54.

DAGOSTIM, Maristela Wessler. **A República dos Conselhos: um estudo sobre a transformação do perfil da elite política paranaense (1930-1947)**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2011.

FARHAT, Saïd. **Dicionário parlamentar e político: o processo político e legislativo no Brasil**. São Paulo: Melhoramentos, 1996.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **Em busca da Idade de Ouro: as elites políticas fluminenses na Primeira República (1889-1930)**. Rio de Janeiro: Editora da Universidade Federal do Rio de Janeiro/Edições Tempo Brasileiro, 1994.

FIGUEIREDO, Vítor Fonseca. **Voto e competição política na Primeira República: o caso de Minas Gerais**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2016.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. **História e Teoria dos partidos políticos no Brasil**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1974.

GOULART, Mônica Helena Harrich Silva. **Classe dominante e jogo político na Assembleia Legislativa Paranaense (1889-1930)**. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2008.

_____. **Coronelismo e poder local no Paraná, 1880-1930**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2004.

GRANATO, Natália Cristina. O Partido Democrático Paranaense: um estudo sobre os capitais familiares e sociais de seus dirigentes. **Revista do Núcleo de Estudos Paranaenses**, Curitiba, v. 4, n. 1, p. 36-55, 2018.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. 7ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

MONTENEGRO, Abelardo. **Os partidos políticos no Ceará**. Fortaleza: Editora da Universidade Federal do Ceará, 1980.

NICOLAU, Jairo. **Eleições no Brasil: do Império aos nossos dias**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

PINTO, Surama Conde Sá. **A correspondência de Nilo Peçanha e a dinâmica política na Primeira República**. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998.

_____. **Só para iniciados: o jogo político na antiga capital federal**. Rio de Janeiro: Mauad, 2011.

- PIRES, Homero (Org.). BARBOSA, Rui. **Teoria política**. São Paulo: Jackson Editores, 1964.
- PORTO, Walter Costa. **O voto no Brasil: da Colônia à 6ª República**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2002.
- PRADO, Carlos Batista. **Partidos e Sindicatos: o PCB, a Oposição de Esquerda e o movimento operário no Brasil (1922-1936)**. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2019.
- PRADO, Maria Lígia Coelho. **A democracia ilustrada: o Partido Democrático de São Paulo, 1926-1934**. São Paulo: Ática, 1986.
- RESENDE, Maria Efigênia Lage de. **Formação da Estrutura de Dominação em Minas Gerais: O Novo PRM (1889-1906)**. Belo Horizonte: UFMG/Proed, 1982.
- RICCI, Paolo; ZULINI, Jaqueline Porto. Partidos, competição política e fraude eleitoral: a tônica das eleições na Primeira República. **Dados**, Rio de Janeiro, vol. 57, n. 2, p. 443-479, 2014.
- SACCOL, Tassiana Maria Parcianello. **De líderes históricos a opositores: as dissidências republicanas e o jogo político regional (Rio Grande do Sul, 1890-1907)**. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2018.
- SAMPAIO, Consuelo Novais. **Os partidos políticos da Bahia na Primeira República: uma política de acomodação**. Salvador: Ed. da UFBA, 1978.
- SANTOS, Marcelo Henrique Pereira dos. **Rui Barbosa e Pinheiro Machado: disputa política em torno da candidatura e do governo do Marechal Hermes da Fonseca**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2005.
- SARMENTO, Érica Noronha. **A Raposa e a Águia: J. J. Seabra e Rui Barbosa na política baiana da Primeira República**. Salvador: Ed. da UFBA, 2011.
- SÊGA, Rafael Augustus. **Tempos belicosos: a Revolução Federalista no Paraná e a rearticulação da vida político-administrativa do Estado (1889-1907)**. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2005.
- STONE, Lawrence. Prosopografia. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 19, n. 39, p. 115-137, 2011.

TELAROLLI, Rodolpho. **Poder local na República Velha**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1977.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. **O Teatro das Oligarquias: uma revisão da política do “café com leite”**. 2ª Ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

ZULINI, Jaqueline Porto. **Modos do bom governo na Primeira República: o papel do Parlamento no regime de 1889-1930**. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2016.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA:
Universidade Federal do Paraná – Setor de Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em História
Rua General Carneiro, 460
Ed. D. Pedro I, 7º andar, Sala 709
Centro, Curitiba, Paraná.
CEP: 80060-150

Recebido: 02/12/2019
Aprovado: 16/12/2019